



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

**EXPERIVIVÊNCIAS DOS MEDIADORES ESCOLARES JUNTO A CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIAS: UM ESTUDO EM ESCOLAS INCLUSIVAS**

***EXPERIENCIAS DE MEDIADORES ESCOLARES CON NIÑOS CON DISCA-
PACIDAD: UN ESTUDIO EN ESCUELAS INCLUSIVAS DE LA RED PÚ-
BLICA DE SERRINHA***

Prof.^a Dra. Jusceli Maria O. de C. Cardoso
UNEB/ CAMPUS XI
GETEL- Grupo de Estudos
E -mail: jcardoso@uneb.br

Rosiane Silva Marques Sales
UNEB/ CAMPUS XI
Graduada em Pedagogia
E-mail: rosianemarquess82@gmail.com.

RESUMO

A educação em seu contexto atual, tem exigido diversos olhares, reflexões, tensões e movimentos que nos impelem ao exercício da pesquisa. De tal modo, neste artigo discutimos como temática, as experivivências dos mediadores escolares junto a crianças com deficiência: um estudo em escolas inclusivas da rede pública de Serrinha. O problema que motivou o estudo foi: De que forma os mediadores escolares constroem o trabalho de mediação, junto a estudantes com deficiência? Justificamos a edificação do estudo a partir de alguns pontos: O tema surgiu a partir das vivências que tive juntamente com mediadores que passaram pela escola onde atuamos como pesquisadores e muitas indagações acerca do assunto trouxeram alguns questionamentos, pois a maior parte desses mediadores não tinham nenhum tipo de experiência com essas crianças e o pouco contato com os profissionais do AEE- Atendimento Educacional Especializado não seria suficiente para os desafios que eles iriam enfrentar. Foi nosso objetivo geral: refletir sobre a importância, o delineamento do trabalho efetivado pelo mediador escolar nos processos educativos com crianças, assim como, ponderar quanto a necessidade da formação inicial e continuada do mediador no processo da formação pedagógica. Em relação aos objetivos específicos

115

REVISTA ELITE- Revista do GETEL-Grupo de Estudos em Tecnologias, Educação,
Inclusão e Libras-ISSN: 2675-5718

REVISTA ELITE- LICENÇA CREATIVE COMMONS: (CC BY-NC ND)



foram: identificar o papel e atribuições do mediador escolar nos processos de educação de crianças com Necessidades Educativas Especiais-NEE ; descrever as práticas constituídas durante as experiências como mediadores escolares e por fim, ponderar acerca de sugestões e encaminhamentos voltados para melhoria do atendimento aos estudantes com NEE. Para fundamentar o estudo, dialogamos com autores como: Vygotsky (1989), Cardoso (2018), Silva (2009), Carvalho (2023), Santos (2011), entre outros. Quanto a metodologia, destacamos que o estudo foi de abordagem qualitativa, sendo do tipo, bibliográfica e estudo participativo utilizando das técnicas de coleta de informações, tais como: participação no curso de extensão para mediadores pedagógicos, utilizando-me de técnicas como: observação participante e entrevistas, tendo como colaboradores mediadores pedagógicos do município de Serrinha, sendo o contexto do estudo restrito a mediadores pedagógicos que atuam juntos a crianças com NEE. Em linhas gerais, o estudo revelou que: os mediadores escolares para atuar com crianças com NEE, precisam de uma formação para contribuir nos processos ensino- aprendizagem das crianças na condição da neurodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação. Deficiência. Educação. Inclusão.

RESUMEN

La educación en su contexto actual ha requerido diferentes miradas, reflexiones, tensiones y movimientos que nos impulsan a realizar investigación. De esta forma, en este artículo discutimos, como tema, las experiencias de mediadores escolares con niños con NEE: un estudio en escuelas públicas inclusivas de Serrinha. El problema que motivó el estudio fue. ¿Cómo construyen los mediadores escolares el trabajo de mediación con alumnos con NEE? Justificamos la construcción del estudio en base a algunos puntos: El tema surgió a partir de las experiencias que tuve con mediadores que pasaron por la escuela donde actúo como pesquisadores y muchas consultas sobre el tema me generaron algunos interrogantes, ya que la mayoría de estos mediadores si no tuvieran experiencia en el trato con estos niños y el poco contacto con los profesionales de la AEE no sería suficiente para los retos a los que se enfrentarían. Fue nuestro objetivo general: reflexionar sobre la importancia, el diseño del trabajo que realiza el mediador escolar en los procesos educativos con niños con NEE, así como, considerar la necesidad de la formación inicial y continuada del mediador en el proceso de formación pedagógica. En cuanto a los objetivos específicos fueron: 1. Identificar el papel y las atribuciones del mediador escolar en los procesos educativos de los niños con NEE, 2. Describir las prácticas constituidas durante las experiencias como mediadores escolares y, finalmente, considerar sugerencias y referencias encaminadas a mejorar la atención a los estudiantes con TEA Silva (2009), Carvalho (2023), Santos (2011), entre otros. En cuanto a la metodología, destacamos que el estudio fue de enfoque cualitativo, siendo del tipo estudio bibliográfico y participativo utilizando las técnicas de recolección de información, tales como: participación en el curso de extensión para mediadores pedagógicos, utilizando técnicas como: observación participante y entrevistas, con mediadores pedagógicos del municipio de Serrinha como colaboradores, con el contexto de estudio restringido a mediadores pedagógicos que actúan junto a niños con NEE. En términos generales, el estudio reveló que: los mediadores escolares para trabajar con niños con NEE necesitan formación para contribuir en los procesos de enseñanza-aprendizaje de los niños en condición de neurodiversidad.

PALABRAS CLAVE: Mediación. NEE. Educación. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718**

Os movimentos da contemporaneidade demarcam, com maior ênfase, o clamor social, representado pelas vozes de pessoas com NEE-Necessidades Educacionais Especiais e pelas pessoas na condição de deficiência, assim como familiares e estudiosos do campo educacional pela urgência da efetivação prática da educação inclusiva.

Ao longo dos anos, foram sendo redigidas leis, decretos, normativos, notas técnicas, as quais se voltam para assegurar o direito de todos e todas as pessoas ao acesso, permanência e aprendizagem nos espaços educativos sendo a oferta da educação especial e inclusiva transversal a todas as etapas do ensino.

No entanto, mesmo com uma coletânea de dispositivos que asseguram o direito legal a educação, ainda muitas crianças, jovens e adultos com NEE e ou com alguma deficiência enfrentam barreiras de diversas ordens para que tenha êxito no processo educativo.

A inclusão escolar, em nosso país é determinada por diversos dispositivos, entre os quais a Carta Magna que rege a vida democrática do povo brasileiro, todavia, ainda existem inúmeros gargalos para a concretização da inclusão pedagógica.

Entre tantos entraves à inclusão, neste texto iremos reportar nossas reflexões sobre a compreensão apurada quanto o papel do profissional, denominado “mediador escolar ou mediador dos processos de aprendizagem”, que começam a ganhar espaços, cada vez mais recorrentes na dinâmica das escolas e espaços institucionais, destinando o trabalho de apoiar os atos pedagógicos, sendo



profissional importante para garantir o ciclo do acesso, permanência e aprendizagem na escola inclusiva.

De tal modo, o papel desempenhado pelo mediador escolar e pedagógico, emergiu como um divisor de águas para a educação, pois antes da atuação destes profissionais, os professores regentes tiveram muitas dificuldades para conciliar as demandas em classe e ter a habilidade de incluir as crianças com NEE, assim em particular aquelas com deficiências. Nesse aspecto, o trabalho do mediador pedagógico se constitui em fator fundamental para as escolas inclusivas, seja ela particular ou pública. As discussões sobre o processo de atuação do mediador pedagógico tem sido motivo de questionamentos, tanto para os pais de crianças com NEE, como para os próprios profissionais da área para definir qual a importância do mediador em atuar com crianças trazendo para a práxis, suas contribuições através dos cursos de formação, uma vez que, para lidar com uma criança com NEE é preciso criar estratégias para que ela se sinta confortável no ambiente diferente do habitual.

Todavia sabemos que a realidade nas creches e escolas não contempla o que está escrito na lei, no que diz respeito a inclusão escolar, pois a maioria dos mediadores chegam nas escolas e creches sem nenhum tipo de experiência na área.

Assim, o presente artigo aborda como tema: as experiências dos mediadores escolares junto a crianças com NEE: um estudo em escolas inclusivas da rede pública de Serrinha.

O tema surgiu a partir das vivências que tive juntamente com mediadores que passaram pela escola onde atuamos como pesquisadores e muitas indagações acerca do assunto trouxeram alguns questionamentos, pois a maior parte desses mediadores não tinham nenhum tipo de experiência em lidar com essas crianças e o pouco contato com os profissionais do AEE não seria suficiente para os desafios que eles iriam enfrentar.

Sendo assim, emergiu a questão que motivou a pesquisa: De que forma os mediadores escolares constroem o trabalho de mediação, junto a estudantes com NEE?



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718**

Foi nosso objetivo geral: refletir sobre a importância, o delineamento do trabalho efetivado pelo mediador escolar nos processos educativos com crianças com NEE assim como, ponderar quanto a necessidade da formação inicial e continuada do mediador no processo da formação pedagógica. Em relação aos objetivos específicos foram: identificar o papel e atribuições do mediador escolar nos processos de educação de crianças com NEE; descrever as práticas constituídas durante as experiências como mediadores escolares e por fim, ponderar acerca de sugestões e encaminhamentos voltados para melhoria do atendimento aos estudantes com NEE.

Justificamos o trabalho na perspectiva de que ele se constituiu de grande valia para a discussão sobre a atuação do mediador escolar, uma vez que, há um grande déficit na formação desses profissionais, sem que não haja nenhum tipo de suporte para eles, pois além da necessidade de atualização pedagógica do corpo docente e técnicos que atuam na dimensão educacional, há também uma defasagem em relação as políticas públicas que garantem os direitos dos mediadores pedagógicos, de atuar com crianças com NEE, com qualidade e inclusão.

Em relação aos aspectos metodológicos, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa, considerando que tal perspectiva foi a mais adequada para tratar o objeto de estudo. O tipo de pesquisa se direcionou aos estudos bibliográficos, mas com ênfase no trabalho empírico, uma vez que, foi necessária a ida a campo em colaboração com os atores sociais, efetivar a escuta, entrevistas e observações da realidade em estudo. A pesquisa foi do tipo empírico, sendo um estudo exploratório inicial, por se tratar de uma investigação inicial através



da observação e escuta durante as aulas de um curso de formação da Uneb, campus XI, em parceria com a Prefeitura do Município de Serrinha- Bahia.

Para fundamentar teoricamente o estudo, ancoramos nossas incursões dialogais a partir da teoria sócio interacionista de Vygotsky (1998), sendo que também nos debruçamos em leituras e trabalhos publicados em veículos físicos e/ou digitais, que discutem a temática em foco, atuação do mediador pedagógico, destacando-se autores como: Cavaco (2015), Czermainski (2012), Santos (2011), Silva (2009), Carvalho (2023), entre outros. Serão considerados documentos, resoluções referentes a fontes como: sites do Ministério da Saúde, Educação e demais documentos técnicos.

A partir do estudo efetivado, pudemos constatar que as escolas ainda não conseguiram implementar políticas públicas de inclusão que se voltem para a atuação do mediador escolar, levando em conta a falta de experiência, da maioria dos profissionais para atuar junto e diretamente com crianças com NEE.

2.MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA VIGOTSKYANA

Precisamos muito refletir sobre o processo da educação inclusiva, sobretudo por estarmos imersos(as) em uma sociedade em que a desigualdade social veio como uma proliferação atingindo mais da metade do país.

E é nesse viés que indagamos, se há possibilidade de termos escolas públicas, realmente inclusivas? Assim, a Educação inclusiva desafia a todos, a estarem dispostos a fazer acontecer essa “inclusão”, que toda criança com algum tipo de deficiência ou transtorno necessita para desenvolver a aprendizagem. Quando utilizamos a palavra “todos”, referimos aos profissionais da escola, da secretaria de educação, aos pais, funcionários da escola, dos gestores e discentes no importante papel de promover o exercício da inclusão, entendendo que toda e qualquer criança tem importância, independente da sua especificidade.

Para Vygotsky (1989), “[...] a criança cujo desenvolvimento se vê complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas uma criança que se desenvolveu de outro modo”.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

Nesse aspecto, Vygotsky postula o conceito da deficiência fazendo uso da palavra “defeito”, mas evidenciando que a criança, embora tenha suas especificidades, ainda assim ela tem potencial para aprender e para desenvolver-se.

Tratando-se da corrente sócio interacionista de Vygotsky, entendemos que o processo de aprendizagem ocorre através da relação entre a pessoa que ensina e a pessoa que aprende. Logo, essa abordagem terá um ponto de partida de interação do indivíduo com o objeto de conhecimento e para que ocorra de maneira pedagógica, é necessário que seja de forma dinâmica e gradativa e que o professor tenha conhecimento das novas abordagens metodológicas para estar aplicando para a aprendizagem da criança.

Nas teorias de Vygotsky, a mediação e a linguagem se constituem em dois campos, considerados essenciais para o desenvolvimento humano. Nesse caso, ele buscou entender a origem dos processos psicológicos e a interação dos sujeitos com a sociedade. Segundo Oliveira (2006):

Os instrumentos, porém, são elementos externos ao indivíduo, voltados para fora dele: sua função é provocar mudanças nos objetos, controlar processos da natureza. Os signos por sua vez, também chamados por Vygotsky de "instrumentos psicológicos", são orientados para o próprio sujeito, para dentro do indivíduo: dirigem-se ao controle de ações psicológicas, seja do próprio indivíduo, seja de outra pessoa, São ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos e não nas ações concretas, como o instrumento (OLIVEIRA 2006, p. 30).

Nessa perspectiva, os signos são dirigidos para questões internas do indivíduo, enquanto o instrumento é orientado externamente.



Vygotsky desenvolveu três conceitos importantes para a perspectiva sociointeracionista, considerados como Zonas de Desenvolvimentos, que são: Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP), e Zona de Desenvolvimento Real (ZDR) e Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDPP)

Zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1984apud OLIVEIRA, 2006, p. 60).

No caso, Vygotsky considera a importância do mediador, pois é alguém que tem conhecimento maior que a criança, no caso, mais preparado que a criança e fará trocas com elas, trazendo significados para que ela também faça trocas e tenha significados do que ela está aprendendo. A escola, juntamente com o mediador e o professor regente, terão a função de auxiliar a criança utilizando recursos que facilitará a aprendizagem, pois ela não se desenvolve sem o suporte de outros indivíduos. Então, a partir do momento que houve interação do mediador com a criança, para ela houve um significado.

Segundo Vygotsky (1984 apud Oliveira, 2006, p.97), "A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário". Para Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal é o espaço em que a criança tem para aprender e o que ele já domina (Cardoso, 2018).

"Sobre a mediação como força/ação para o aprendizado das pessoas, em Vygotsky, este conceito se concretiza como força motriz favorecedora das aprendizagens humanas, além é claro, da farta contribuição teórica quanto à formação da linguagem e do ser humano como ser plural, constituído harmonicamente pelas esferas psico-sócio-biológico e cultural" (Cardoso, 2018).

Desse modo para o processo de aprendizagem, a criança precisa de uma força que incentive nas atividades desenvolvidas, que promova habilidades de explorar o próprio ambiente e que desenvolva capacidades de pensar, observar, de descobrir e entre outras coisas, que passa a ser intencional entre as partes



**REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718**

que desenvolve o objetivo de transmitir algo para o aprendiz, no caso, tanto o professor regente como o mediador.

2.1 A ESCOLA INCLUSIVA E O TRABALHO DO MEDIADOR ESCOLAR

A educação inclusiva tem uma história que passou por lutas e conquistas e que permeia o processo de resistência até os dias atuais. Podemos perceber que muitas foram as Leis construídas para assegurar os direitos de pessoas com algum tipo de Necessidade Educacional Especializado.

Com isso a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) veio para reforçar e garantir os direitos desses indivíduos. Embora inúmeras leis tenham sido elaboradas, ainda assim muitas delas não estavam sendo, de fato, respeitadas.

Por meio de políticas públicas, a BNCC faz parte dessas construções políticas com certa obviedade, sendo processo, os movimentos que edificam a educação inclusiva são edificados deixando marcas as quais traduzem muitos avanços ocorrerem com o passar dos anos, se consolidou.

A história da educação brasileira é marcada por progressos e retrocessos, sempre na tentativa de qualificar a situação educacional, no entanto, sabemos que educação é construção social e como tal se constitui permeada por problemas sociais e interesses, na maioria das vezes, inteiramente políticos partidários.

Considerando o contexto supracitado, seria ingênuo da nossa parte acharmos que a BNCC, vem como passe de mágica fazendo uma educação perfeita, mas determinando conhecimentos essenciais que todos os estudantes apropriar-se-ão e acessarão durante sua trajetória na educação básica. Esse



documento é muito importante para os estudantes e professores porque implica possibilidades de construção pela base comum da educação básica, pois ela busca universalizar os currículos em todo território Nacional e a partir daí implantar ações que estão sendo propostas nela. Nessa perspectiva, é preciso que todos os professores da rede pública ou privada estejam inteirados nas propostas da BNCC, para que assim, possa explorar a qualidade das mudanças e adquirir o domínio para inserir em suas aulas.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2016, p. 9).

Ao definir as competências, a BNCC busca fazer acreditar que a “[...] educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013, p. 10), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), todavia “[...] as políticas públicas têm buscado naturalizar a necessidade de currículos centralizados para uma educação de qualidade” (MACEDO, 2017, p. 4). Para tanto, trabalhar as competências e as habilidades, exige também dos professores um estudo aprofundado e específico em entender a real necessidade da educação.

Na BNCC, destacam-se a aprendizagem e o desenvolvimento como processos contínuos que se referem às mudanças que se dão ao longo da vida, integrando aspectos emocionais, afetivos, sociais e cognitivos (BRASIL, 2016). Vemos que a proposta não é apenas se preocupar em aprender superficialmente, mas ter um olhar sensível para o sujeito que vai aprender mais do que somente o básico e esse é o objetivo principal da BNCC.

Além de alusão a BNCC, com certa obviedade, torna-se essencial, remeter algumas ponderações quanto ao documento intitulado Diretrizes curriculares para educação inclusiva na Bahia, o qual precisa ser difundido, posto que, se trata de importante documento que regular e orienta as práticas em educação inclusiva, para o estado da Bahia.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

Os caminhos trilhados para a educação inclusiva não foram em vão e graças as leis que asseguram os direitos das crianças com TEA, foi possível incluí-los na escola básica. Tendo em vista o princípio da educação inclusiva, nesta nova perspectiva, as escolas da Bahia, ao invés de receber uma educação em classes segregadas como antes fora historicamente, tem como garantia a matrícula em classes comuns do ensino regular.

As perspectivas orientadoras para o cenário escolar reforçam o paradigma da inclusão como condutor das práticas educativas, a partir da resolução CEE nº 79 de 15 de setembro de 2009, em que se estabelece normas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as etapas e modalidades da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

No Plano Estadual de Educação - PEE, Lei nº 10.330/2006; no Decreto 6.571/2008 que trata do atendimento educacional especializado; com base ainda no Parecer CEE nº 170, de 15 de setembro de 2009.

Diante do exposto, torna-se óbvio que a educação especial de enfoque inclusivo se caracteriza como um processo, sendo assim está em constante mudança, passando por constantes transformações. Entendemos que sendo processo, a todo momento é importante refletirmos sobre os caminhos da Educação Inclusiva que desejamos construir como cidadãos. E neste exercício, urge que pensemos na fundamentação das ações e decisões que gestores, professores e profissionais da educação precisam tomar, reposicionar para seguirmos em frente com as estratégias e construções de escolas inclusivas.

Tendo em vista que a concepção sobre o trabalho do mediador escolar, ainda é bastante incompreendido qual, de fato, é o papel de tais profissionais nas escolas. Nesse aspecto, compreender a importância do mediador escolar é



um grande desafio, pois vivenciamos que muitas escolas estão recebendo mediadores, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de orientação e/ou formação na área, o que provoca confusão sobretudo quanto as funções que devem efetivar na dinâmica escolar.

Nesse viés, o trabalho de inclusão deve envolver o conjunto de profissionais e de elementos que servem como suporte para suprir as especificidades individuais de cada criança. Para tanto, não há educação especial sem a intervenção do tripé da mediação, que são: o professor regente, o mediador escolar, os professores do AEE e os profissionais da saúde.

Para o desenvolvimento pedagógico da criança com TEA, é de suma importância todos os envolvidos entenderem que nenhum é mais importante que o outro, apenas parte da consciência que cada uma precisa trabalhar em consonância, ainda que se tenha sua função específica.

Dessa forma, compreendemos que o próprio mediador precisa saber, de fato, qual a sua atuação diante dos obstáculos a enfrentar, concernente as singularidades da criança com TEA. E é nesse viés que entra a necessidade dos mediadores desenvolverem habilidades e estratégias que só com a formação e relação harmoniosa com o professor regente, podem consolidar e assim, favorecer a construção da aprendizagem tanto das crianças quanto de todos os sujeitos que estão na escola.

Por fim, asseveramos a importância do trabalho em conjunto da escola, juntamente com o mediador escolar para que o trabalho de inclusão aconteça de forma coerente e alcance os objetivos concernentes ao ensino-aprendizagem da criança com TEA. Portanto é imprescindível ressaltar o papel do mediador escolar e a relação entre todos os envolvidos na instituição escolar e suas inúmeras responsabilidades para sistematizar um ensino de qualidade.

3 METODOLOGIA

Para realização do estudo, tornou-se essencial a escolha do caminho metodológico uma vez que a pesquisa realizada, por opção se efetivou pela abordagem qualitativa, posto que tal perspectiva foi a mais aderente ao objeto e aos objetivos anunciados pela investigação.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

De modo que, optamos pela abordagem qualitativa, sendo ela adequada a questão em estudo, que foi a compreensão do papel do profissional mediador escolar, dando vozes a estes sujeitos como protagonistas do texto.

Ademais, o estudo se deu pelo enfoque em pesquisa empírica, uma vez que buscou ir diretamente a fonte de contato com os colaboradores do estudo: um grupo composto por 25 profissionais que estavam, nos meses de março a junho em efetiva atividade como mediadores de crianças com NEE nas escolas públicas da Cidade de Serrinha.

A abordagem empírica se caracterizou como um estudo inspirado na perspectiva do estudo de caso, já que singularizamos todas as questões levantadas, dado o contorno do caso deixando evidente a não generalização das informações coletadas. Todas elas, dizem respeito de modo restrito ao caso dos mediadores de aprendizagem, ou melhor os mediadores escolares que atuam na rede escolar pública e inclusiva na cidade de Serrinha, na Bahia.

3.1 O LOCAL E OS COLABORADORES:

A pesquisa foi efetivada na cidade de Serrinha, a qual se localiza no território do Sisal, tendo uma rede de escolas, no total de 94 localizadas no espaço rural e urbano. Neste contexto, temos 390 profissionais atuando como mediadores escolares.

Nossos colaboradores do estudo, dentro do universo total de 390 mediadores que atuam diretamente nas escolas de Serrinha, recortamos um grupo de 70 mediadores que atuam diretamente com crianças com NEE. Logo, nosso grupo de colaboradores se constituiu no quantitativo de 25 colaboradores.



O que constitui como características recorrentes no perfil dos 25 colaboradores é a idade, que se situa na faixa etária entre 23 -48 anos, o que demarca uma diversidade muito grande no perfil etário, sendo o total do sexo feminino e, todos sem formação para atuação na Educação Especial e Inclusiva. No grupo dos mediadores que participaram do estudo, nenhum tem formação acadêmica, o que levou todos a participação do curso de extensão que a UNEB, CAMPUS XI, está ofertando desde março seguindo até dezembro de 2023.

Neste estudo, para efeitos éticos, não iremos nos reportar aos nomes dos colaboradores, tampouco a escolas. Quando necessário, no momento da análise, para demarcar as vozes dos nossos interlocutores colaboradores nomeá-los-emos por X1, a X 25.

3.2 PROCEDIMENTOS DO ESTUDO

Para efetivação da pesquisa, que alimentou a escrita do artigo em tela, tratamos de interagir diretamente com equipe gestora municipal, buscando informações junto a Coordenação de Educação especial do Município de Serrinha, em face de colher informações sobre o quantitativo de estudantes com NEE que estudam na rede pública do município de Serrinha.

Imediatamente, buscamos informações com a Coordenação do curso de extensão, conseguindo me matricular como monitora voluntária e pesquisadora, a partir de então, tendo exercido, dentro das atividades do curso, a função da pesquisa, observando todas as dinâmicas, as falas, as interlocuções, as contribuições que brotam nas aulas, em cada encontro, sempre tendo como pauta a prática e as vivências coletivas no que tange ao trabalho dos mediadores escolares. De acordo com Carvalho (2023), sobre o curso de extensão:

Curso de Extensão, voltado para educadores, pesquisadores, profissionais da educação, que atuam com pessoas com NEE e ou alguma deficiência. O curso foi pensado, após várias imersões de estudantes, professores nas realidades vivenciadas nos cenários de escolas de educação básica, localizadas no cenário do Território do Sisal, sobretudo em Serrinha e Conceição do Coité, em relação aos vários entraves e demandas alusivas aos processos de inclusão escolar de estuantes com NEE ou na condição de deficiência. As ações, serão pensadas e articuladas por



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

meio do NAI- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, como espaços e tempos de estudos, pesquisas, produção de conhecimentos, ensino na área da educação especial e inclusiva. Pensamos que as ações a serem efetivadas por meio do curso de extensão, poderão subsidiar construções cooperativas de práticas inclusivas em nossas escolas, e na Universidade. Nosso intento maior será o fomento das práticas pedagógicas e criação de práticas, recursos, tecnologias assistiva e educacionais voltadas para os processos de ensino e aprendizagem de pessoas com NEE e com deficiência (CARVALHO, 2023, p.1).

Compreendendo este espaço formativo como ímpar, que a experiência que se desenvolve por meio da ação colaborativa entre o Município e a Universidade do Estado da Bahia, CAMPUS XI, acompanhamos todas as ações provenientes do curso, a saber, que se trata de uma movimentação dialogal entre vários parceiros institucionais a saber: UNEB, CAMPUS XI, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do CAMPUS XI, NAAPA, CAPENE, Brinquedoteca Criação, Secretaria de Educação Especial, tendo como articulador da ação a Secretaria Municipal de Educação.

As atividades relativas ao percurso formativo se processam de modo híbrido, ou seja, congregando momentos de presencialidades, nas oficinas pedagógicas, momento síncronos usando para isso as plataformas institucionais como Teams e como suporte educacional a sala de aula virtual, no *moodle*, com a abertura de uma sala virtual alocada pela PROEX Digital, no âmbito da UNEAD. A equipe docente do curso, se estruturou de modo parceiro, colaborativo, contando com professores Mestres e Doutores do CAMPUS XI, assim como especialistas e profissionais com expertise que integram o NAAPA- Núcleo de Acompanhamento a Aprendizagem, projeto específico da Secretaria Municipal



de Educação, como Técnicos do CAPENE, Centro de Apoio Pedagógico a pessoas com NEE, também conectado a Secretaria Municipal de Educação de Serinha.

As aulas síncronas acontecem todas as terças feiras, à noite, pela plataforma *Teams (Microsoft)* e as presenciais em formato de oficinas, sempre aos sábados, de modo quinzenal. Ao longo do curso, estão previstas diversas atividades entre as quais produção do caderno de percurso, memorial, encartes pedagógicos e reações escritas, todas documentando sobre as vivências e práticas vividas no AEE.

Acompanhando todas as atividades do curso, de março até junho do ano em curso, principalmente tendo acesso as aulas gravadas, a partir do próprio *teams*, que inseriu o recurso de gravação com transcrição, pudemos observar e participar de momento de interações fecundos, a partir de tais ocasiões pudemos ter contato com muitas narrativas, falas, informações importantes, as quais estamos transcrevendo, para na seção vindoura fazermos a leitura analítica atenta aos objetivos previstos no estudo.

Assim, por meio da minha incursão em todas as atividades do curso de extensão, atuando como monitora voluntária, podemos fazer uso de algumas técnicas de recolha de informações inerentes ao estudo: observação participante, ocasiões diversas, tanto durante as aulas síncronas, quanto presenciais e no AVA. Além da observação, pudemos nos valer da entrevista coletiva, efetivada por meio da técnica do *Padlet*, instrumento essencial para propor a discussão coletiva sobre o tema em estudo, que é o papel dos mediadores escolares. Segundo Doms:

O Padlet é uma ferramenta que permite criar quadros virtuais para organizar a rotina de trabalho, estudos ou de projetos pessoais. O recurso possui diversos modelos de quadros para criar cronogramas, que podem ser compartilhados com outros usuários e que facilita visualizar as tarefas em equipes de trabalho ou por instituições de ensino.

A utilização da ferramenta padlet foi crucial, para promoção da interação dos cursistas e com a pesquisadora, posto que, tivemos as dificuldades naturais de articulação do coletivo para entrevistas individuais devido ao tempo escasso de todos, sobretudo para quem atua na dimensão da inclusão, como é o caso de



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

todos os profissionais que colaboraram com o estudo, o qual alimentou a escrita do presente artigo.

4 ANÁLISE DE DADOS

A incursão empírica nos permite o contato direto com muitas informações, as quais, em estado natural da produção, sendo lidas, relidas e analisadas, nos permitem efetivar os atos analíticos e as reflexões mais apuradas em termos dos objetivos pensados em busca no e pelo estudo.

Assim, nesta seção faremos o exercício analítico das falas, narrativas e todas as informações que pudemos colher nesse caminho investigativo. Para isso, a partir da incursão pelas informações foi possível construir dois blocos de análises, os quais interligados se comunicam, mas se tornam necessários para melhor efeito didático para o leitor.

MEDIADOR ESCOLAR: PAPEIS E FUNÇÕES

A partir das observações e escutas feitas aos colaboradores cursistas, obtivemos acesso a várias falas que merecem destaque, em razão do nosso olhar direcionado a entender os papéis e funções, que na prática estes profissionais exercem. Portanto, a partir disso, apontamos algumas narrativas que dão suporte ao estudo desse artigo, assim:

A fala dos entrevistados, não deveriam estar em itálico?

Pra inclusão mesmo em escola, primeiro eu acredito que seja, fora família né, adaptar que precisa, que tem aluno que, foi mediador, mas o aluno não aceitou mediador na escola. Ele recusou um pouquinho. Outra coisa é a parte da gestão a quantidade



de matrícula, porque se essa questão mesmo, limitar uma quantidade de matrícula por turma, não tem como, é inviável a gente trabalhar, é surreal, é dizer que tá no papel, é dizer que tem que incluir na realidade, entendeu? Como é que eu vou trabalhar com uma sala que tem 35 alunos, sendo que dois são com necessidade especial? (sic), aí eu acredito que na escola começa mais da gestão no ato da matrícula, pra que a gente possa trabalhar durante o ano. (colaborador x1, 2023).

É sobre essa questão das atividades, eu estou como mediadora e tô (sic) observando muito essa questão das atividades com o aluno, e aí não chama atenção dele de jeito nenhum, eles não quer(sic) fazer atividade de jeito nenhum e aí eu fico na dúvida se a professora chegasse e fizesse(sic) uma atividade diferente com ele, seria correto ou não, porque de qualquer forma tem que trabalhar a inclusão com eles, né isso? (colaborador x2).

É que na minha sala eu sou mediadora de um aluno do quinto ano e ele não consegue compreender linguagens submetida, e eu informei a professora da necessidade dele, no momento antes dela efetuar a prova. E ela colocou uma questão desse sentido e o aluno não conseguiu compreender a questão. Então eu lembrei a ela no momento da prova, nossa conversa anterior e o aluno só faltou essa questão pra fechar a prova e ela invalidou a questão dele e continuou trabalhando da mesma forma mesmo ele não entendendo, mesmo eu explicando pra ela que ele não entende aquele tipo de linguagem e ela continua e o que eu faço?”. “ Outra coisa que eu não tô conseguindo manter é que na minha sala são três crianças, e os outros dois mediadores parece não compreender as necessidades dos outros alunos, então me incomoda o jeito que eles fazem como se os meninos não tá conseguindo criar vínculo com eles, como eu já sou mãe de uma criança especial, já tenho o conhecimento de como fazer e tá os três na minha cola, eles não quer os três mediadores e tá aquela confusão, eles abrem a boca e fala, eu quero ficar com ela[...] (colaboradora x3, 2023).

Analisando as falas dos colaboradores, podemos perceber o quanto eles e elas se encontram quanto as indefinições em relação a suas funções e atribuições no cenário prático. Sendo assim, entendemos que toda problemática que ocorre numa instituição escolar, acontece através de vários fatores, como: falta de planejamento pedagógico, salas de aulas repletas de estudantes gerando o fenômeno da superlotação, professores sobrecarregados, necessidades educacionais especiais, dentre muitos que estavam implícitos. Temos a narrativa de mais uma colaboradora demonstrando insatisfação atrelada a de fazer algo:

Outra coisa que eu não tô conseguindo manter é que na minha sala são três crianças, e os outros dois mediadores parece não



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

compreender as necessidades dos outros alunos, então me incomoda o jeito que eles fazem como se os meninos não tá conseguindo criar vínculo com eles, como eu já sou mãe de uma criança especial, já tenho o conhecimento de como fazer e tá os três na minha cola, eles não quer os três mediadores e tá aquela confusão, eles abrem a boca e fala, eu quero ficar com ela[...] (colaboradora x3, 2023).

Consoante a fala da colaboradora x4, que por vezes, há falhas na escola e que por ser uma sobrecarga dos professores regentes, os mediadores não têm a assistência devida de como atender a criança com NEE, sendo que no mínimo o primeiro passo a se fazer quando contrata esse profissional é dar a formação inicial, pois há uma falta de compreensão quanto o papel desses mediadores, uma vez que atuam diretamente em sala de aula, eles precisam ter a capacidade de trabalhar com essas práticas pedagógicas porque tudo vai afetar direto no desenvolvimento da aprendizagem da criança. Conforme Vargas (2017):

A mediação mostrou-se uma possibilidade, uma maneira de garantir não somente o acesso, mas também a participação e a aprendizagem do aluno. Uma pessoa que teria condições de inclinar-se sobre as características do aluno, perceber suas potencialidades, dificuldades, padrões de comunicação e habilidades, e assim auxiliar o professor e a escola frente a esse desafio que se soma a tantos outros existentes no âmbito escolar (VARGAS, 2017, p. 63).

Nesse sentido, o mediador escolar é também um profissional que faz parte da equipe interdisciplinar, que dará o suporte, principalmente ao professor regente, sobre o qual, sempre recai a responsabilidade de construir os processos inclusivos. De tal modo, asseveramos que o processo inclusivo é trabalho que



envolve todos os profissionais da educação, carecendo de diálogos entre o docente da sala de aula regular e o professor do AEE e o mediador escolar. Por isso, a expressão MEDIADOR é a que mais converge para a função do profissional que, junto aos docentes, articula o processo pedagógico, sendo esse profissional que lida diretamente com a criança com TEA. No entanto, sublinhamos que a mediação é ação de todos, observando que, obviamente, a mediação pedagógica é atribuição dos educadores e profissionais que sistematizam, planejam, pesquisam e continuamente buscam os processos formativos.

MEDIADORES ESCOLARES: SABERES E PRÁTICAS CONSTRUÍDAS

Para Carvalho (2023), toda e qualquer ação de incluir, sempre será para o bem moral, social e intelectual do ser humano que tem por direito ser atendido, seja em qualquer esfera da vida. Para compreendermos melhor o trabalho da mediação escolar, através do curso de extensão, do qual participamos como observadora e monitora, transcrevemos algumas narrativas construídas a partir de uma pesquisa, feita aos colaboradores e obtivemos algumas respostas, concernentes ao seu papel e atribuições dos mediadores, dos docentes da sala de aula regular e dos docentes do AEE:

Na sala de aula, o professor mediador é responsável por mediar a ligação do conhecimento ao aluno, entretanto, é necessário que o professor antes de realizar o planejamento de aula, levar em consideração a forma de aprendizagem desse aluno. Já no AEE, o professor, de preferência, psicopedagogo, é responsável pela educação especial, deverá trabalhar em cima da necessidade educacional do aluno para que auxilie o professor mediador dentro da sala de aula (colaborador x1, 2023).

O papel do docente do AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial. (colaborador x2, 2023).

O mediador tem papel de auxiliar o aluno para ele adquirir conhecimento e interação com outras pessoas. Já o professor da sala regular deve fazer o plano de aula visando a inclusão do aluno com NEE e o professor da AEE vida(sic.) trabalhar com o aluno para que ele supere suas dificuldades e necessidades (colaborador x3, 2023).



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

Os três colaboradores trazem em suas falas evidências tais qual o que Carvalho (2023) defende, que todos e todas estejam juntos em processo de aprendizagens coletivas, sem que não fique com a responsabilidade total somente para uma parte, como é o caso do professor regente. Sobre as práticas construídas durante as experiências como mediadores, os colaboradores trouxeram suas opiniões das seguintes maneiras:

Eu sou mediadora escolar já já(sic) um tempo e tenho desenvolvido meu trabalho baseada mesmo em pesquisas que eu faço na internet! Eu leio muitas coisas em sites e tiro muitas dicas no Pinterest onde eu me baseio em coisas e ideia pra fazer com a criança especial que eu ajudo (colaborador x4, 2023).

Eu me viro e vou criando tarefas e fazendo! O professor da sala olha e se tiver bom fazemos (colaborador x5, 2023).

Eu acho que pesquisar e inventar as tarefas de um modo adaptado para eles entendendam(sic) e possam fazer. (colaborador x6, 2023)

Eu invento um monte de coisa para a criança especial poder aprender[...] (colaborador x7, 2023).

Para construir uma prática é necessário levar em consideração aspectos teóricos e vivenciadas, por exemplo, eu percebo como auxiliar do meu aluno que ele tem facilidade em aprender usando a interação, e a mesma pode ser feita de maneira física, conversando com ele, ou interação tecnológica, que são os jogos que ele joga pela internet[...] (colaborador x8, 2023).

Visando as práticas que os mediadores utilizam, em suas falas, elenca na prática o que Carvalho (2023) ressalta, em que nos cenários da educação a necessidade legal, social, econômica, cultural, moral e ética de oferecer aos sujeitos condições de equidade para que acessem aos sistemas de educação, permaneçam e possam construir caminhos de aprendizagem. Desse modo, mesmo que eles não tenham os subsídios para que a aprendizagem aconteça de modo



coerente, ainda assim esses profissionais utilizam de alguma maneira seus esforços para dar suporte educacional aos estudantes.

SUGESTÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM TEA

Cunha (2019) diz que: “É indispensável que o currículo extrapole as concepções de déficit e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas nas relações humanas. Transforme as necessidades do aprendente em amor pelo movimento de aprender e construir. Conceda-lhe autonomia e identidade.

O caminho da educação está no aprendente (CUNHA, 2019, p. 53)”. Sobre estes aspectos, Cunha (2020), ressalta que não há fórmulas prontas para inclusão do estudante com TEA, mas através do conhecimento sobre esse estudante facilitará as suas práticas educativas. Haja vista que, escola a partir dos direitos adquiridos, passa a ser visto como um espaço acolhedor, em que crianças e jovens precisam aprender a adquirir conhecimento e se desenvolver como pessoa. Nesse quesito as práticas pedagógicas são o eixo central para definir as finalidades da educação.

A escola precisa (re)visar, (re)organizar, (re)fazer, (re)inventar, o modo pedagógico de fazer essa educação acontecer. Sabemos que pensar na educação Especial, é pensar numa criança que tem necessidade educativa especial que estuda num espaço de ensino regular e essa educação especial ela tem de oferecer serviços, recursos e estratégias de acessibilidade para que essas crianças consigam se inserir num espaço escolar. Pensando nesses aspectos, trouxemos algumas sugestões e encaminhamentos dos colaboradores para a gestão melhorar o atendimento aos estudantes com NEE:

Pode ser a oferta do AEE por meio de professores especializados e ampliar o atendimento ao Capene (colaborador x1, 2023). Acho que devemos planejar juntos com professores! Juntos podemos somar mais (colaborador x2, 2023).

Qualquer aspecto que for trabalhado dentro de uma escola, necessita de uma participação coletiva de todos os colaboradores escolar(sic), e sobre a necessidade educacional especial de alunos com TEA não é diferente. O primeiro passo necessário é ouvir a família, depois os profissionais da escola e também os próprios portadores de transtornos, porque muitas vezes querem contribuir para melhoria, mas esquecem de perguntar a pessoa que vai receber a melhoria, no caso a pessoa com TEA, como



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

ele se sente e o que ele acha que deveria mudar (colaborador x3, 2023).

Penso que a gestão precisa abrir mais conversas com a gente. Na aula mesmo de ontem a professora falou de um problema novo: e se a pessoa não pode ir pra escola porque tem doenças ou condições físicas mesmo? Ou talvez psicologias(sic)? Vai ficar ser(sic) atendimento? é uma coisa atras(sic) da outra que vai chegando (colaborador x4, 2023).

Pra mim tudo precisa ser conversado e acertado no coletivo. Tem situação que foge um pouco dos termos da lei. Ai, como bem disse a professora na aula: vale o bom senso e empatia. Todos devem se beneficiar da escola (colaborador x5, 2023).

Deste modo, diante de tantos desafios que emergem da necessidade de incluir todos e todas, não importando a condição e mesmo a existência da deficiência, emerge, nos cenários da educação a necessidade legal, social, econômica, cultural, moral e ética de oferecer aos sujeitos condições de equidade para que acessem aos sistemas de educação, permaneçam e possam construir caminhos de aprendizagem. De tal modo, tecer ações que se voltem a formação continuada de professores, educadores e profissionais do AEE se constitui em ação importante para colaboração das Universidades com os processos de construção da educação inclusiva e democrática. (CARVALHO, 2023).

5 CONCLUSÃO

O mediador escolar tem um papel muito importante no processo de inclusão da criança com NEE e com deficiências. Embora saibamos dessa importância, e foi por isso que ele foi inserido como alguém que promova a mediação, que dê suporte, ainda assim seu papel é pouco compreendido pelos próprios



profissionais envolvidos. Levando em consideração esse quesito, a atuação do mediador pedagógico, esse profissional tem a função fundamental, tanto do processo de inclusão, como de ser ponte entre o professor, os colegas e principalmente pela própria criança com NEE e ou deficiência .

Além disso, o mediador fará adaptações junto com o professor regente nas atividades e na adaptação dessa criança em sala de aula. Mas infelizmente ainda há um certo descaso quanto o papel do mediador pedagógico, e na maioria das escolas esse profissional não tem nenhum tipo de conhecimento na área de atuação, sem nunca ter tido contato com alguma formação e chega apenas como alguém que precisa de emprego e é indicado por alguém influente naquele local.

Os dias contemporâneos emergem atenção especial as vozes que ecoam pela assistência a multidão de pessoas com NEE- Necessidades Educacionais Especiais e pelas pessoas na condição de deficiência, pois tem crescido absurdamente o número de crianças com algum tipo de transtorno ou deficiência e ainda assim, existem escolas que não tem nenhum tipo de assistência que as leis e decretos dizem dar a garantia que serão alcançados para todos.

Nesse aspecto, é imprescindível que se tenha um olhar sensível a esses profissionais e que em forma geral todos os envolvidos percorram o caminho em busca da inclusão com companheirismo, parceria e colaboração adjacente, entendendo que nenhum tem a obrigação de fazer o trabalho maior que o outro.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Bahia – Secretaria da Educação. Resolução CEE nº 79 de 15 de setembro de 2009. Disponível em: [Resolução CEE Nº 79.2009 - Homologação \(mec.gov.br\)](#)

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/Consed/Undime, 2017. Disponível em: [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\) - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/li-vro01.pdf>.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN: 2675-5718

CARDOSO, J. M. O. de C. Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas inclusivas na cidade de Serrinha, Brasil, 2017. Tese (Doutorado) Universal Internacional Tres Fronteiras. Programa de Doutorado em Ciências da Educação. Asunción. 420p, 2018.

CARVALHO, Maria Cezarela Oliveira; CARDOSO, Jusceli Maria O. de C. Projeto de Extensão Interdepartamental: Educação Inclusiva, Fundamentos, Práticas e Vivências no AEE. Projeto de extensão, SPGU, UNEB, Bahia, 2023.

CAVACO, N.A. Autismo: Uma perspectiva Neuropsicológica. **VER.OMNIA**, v.3, p. 21-31, 2015. Disponível em [http://omnia.grei.pt/n03/\[3\]%20cavaco.pdf](http://omnia.grei.pt/n03/[3]%20cavaco.pdf). Acessado em: 07 de maio de 2023.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio – histórico. São Paulo: Scipione, 2006.

SANTOS, Jose Ivanildo F. dos. **Educação Especial**: Inclusão escolar da criança autista. São Paulo, All Print, 2011.

CREDENCIAIS DA/OS AUTORA/ES

CARDOSO, Jusceli Maria O. de Carvalho. Universidade do Estado da Bahia, Professora Doutora, Mestre em Educação Especial, Especialista em Letras Libras.

SALES, Rosiane Silva Marques, Graduada em Pedagogia, UNEB, CAMPUS XI, gestora na Educação Pública municipal de Serrinha, docente da educação básica



